Art. 18.º É permitida às fábricas matriculadas a exportação para as colónias portuguesas de farinha de trigo, mas apenas em quantidades iguais, para cada fábrica, a 75 por cento do trigo que o Governo lhe venha a fornecer com esse destino, exportação que será autorizada mediante prévio requerimento e a respectiva fiscalização.

§ único. Às requisições referidas neste artigo é applicavel o que para as das câmaras municipais vai preceituado no artigo anterior.

Art. 19.º O Governo estabelecerá, pelo Ministério da Agricultura, o regime matricular para as fábricas de moagem das ilhas dos Açores, tendo em atenção os preceitos adoptados na matrícula das fábricas de moagem do continente e ilhas da Madeira, com as modificações exigidas pelas cambiantes locais.

Art. 20.º As fábricas de moagem que não cumprirem as disposições desta lei, ou faltarem ao compromisso a que se refere o artigo 9.º, serão eliminadas da matrícula.

Art. 21.º Continuam em vigor as disposições contidas no artigo 8.º do decreto n.º 5:181, de 26 de Fevereiro de 1919, e em parte applicável às estabelecidas nos artigos 65.º e 66.º do decreto n.º 3:216, de 28 de Junho de 1917.

Art. 22.º As transgressões dõste decreto serão julgadas nos termos da lei n.º 300, de 3 de Fevereiro de 1915, e nos do decreto de 5 de Julho de 1919, e a responsabilidade por essas transgressões também será regida pelas disposições applicáveis nos referidos diplomas.

Art. 23.º Fica o Governo autorizado a despendar desde já, sem dependência de dnodécimos, as quantias necessárias para a aquisição de cereais e para a execução desta lei em conta da verba de 15:000.000\$ a descrever na tabela das despesas do Ministério da Agricultura, para o corrente ano económico, sob a rubrica «Crise económica—Aquisição de cereais».

§ único. É igualmente autorizado o Governo a reforçar a aludida verba, abrindo para esse fim os créditos especiais que forem necessários, sem embargo das disposições da lei do 29 de Abril de 1913.

Art. 24.º Por cada aquisição de cereais o Ministério da Agricultura enviará ao Ministério das Finanças uma nota pormenorizada indicando:

- a) A quantidade adquirida;
- b) O preço da aquisição;
- c) O custo total da aquisição;
- d) O nome e nacionalidade do navio que transportou o trigo ou a farinha;
- e) A procedência;
- f) A sua distribuição;
- g) O produto da venda.

Art. 25.º As importâncias a receber da venda de trigo exótico ou outros géneros serão cobradas por meio de guias da Repartição de Contabilidade do Ministério da Agricultura, sob indicações da Direcção Geral do Comércio Agrícola, e pagas antes da sua entrega.

Art. 26.º Tanto o Ministério da Agricultura como o Ministério das Finanças organizarão escriturações especiais das quantias despendidas e recebidas em virtude da execução desta lei.

Art. 27.º Fica o Governo autorizado a alterar, conforme a situação do mercado, o preço da requisição do milho a que se refere o § único do artigo 29.º do decreto n.º 4:638.

Art. 28.º A execução desta lei fica a cargo do Ministério de Agricultura pela Direcção Geral do Comércio Agrícola.

Art. 29.º O Governo decretará os regulamentos que forem julgados necessários para a boa execução desta lei.

Art. 30.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das Finanças, Guerra, Comércio e Agricultura a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 24 de Março de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*António Maria Baptista*—*Francisco de Pina Esteves Lopes*—*João Estêvão Águas*—*Aníbal Lúcio de Azevedo*—*João Luis Ricardo*.

Decreto n.º 6:470

O regime cerealífero do país, fundado num princípio de privilégio, criou o artifício, em que se tem vivido desde 1899, para justificar um certo equilíbrio entre os interesses ligados à exploração agrícola e às indústrias de moagem e panificação, dando como resultado a precária situação do consumidor, que se tem visto sempre obrigado a comprar um pão caro, e, em geral, com deficientes condições de fabrico e valor alimentar.

A moagem, fundada na obrigatoriedade da compra dos trigos nacionais pelos preços estabelecidos nas tabelas oficiais, julga ter direitos privilegiados na importação de trigos exóticos, de modo que, como se sabe, essa importação representa para o Estado um considerável sacrificio, do qual aquela indústria não compartilha, pesando sobre o Tesouro e sobre o consumidor um encargo considerável proveniente da diferença entre o preço da compra do trigo e o valor pelo qual ele é distribuído às fábricas de moagem matriculadas, nos termos da legislação vigente.

O Estado, para evitar o enorme agravamento do preço do pão, suporta um pesado encargo, que representa para as finanças públicas um considerável prejuízo, com o intuito de o preço do pão não acompanhar o elevadíssimo custo dos trigos exóticos. Assim, no actual momento, um quilograma de trigo exótico, *cif Tejo*, para o abastecimento do país, custando ao Estado \$42, é cedido à moagem por \$20(6).

O prejuízo do Estado com a importação do trigo exótico é actualmente superior a 100 por cento do seu custo, o que representa no corrente ano cerealífero um encargo de dezenas de milhares de contos.

Temos, pois, de apelar, por todos os meios, para a intensificação da cultura cerealífera, tanto na metrópole como nas colónias, porquanto só assim poderemos vencer a terrível crise do abastecimento dos mercados do país, a fim de que o pão não falte aos consumidores e o seu custo não seja ainda mais elevado, assegurando-se ao mesmo tempo a superioridade dêsse produto, tanto no que diz respeito ao seu fabrico como ao seu valor alimentar.

A solução do problema cerealífero é uma das mais complicadas questões que se apresentam à consideração de todos os Governos, especialmente desde 1914. É sabido que no nosso país, mesmo em condições normais, a produção de trigo está muito longo de corresponder às necessidades do consumo interno, mas, desde aquele ano até o presente, as dificuldades aumentaram sempre, por isso que o abastecimento se complicou com a tremenda catástrofe criada pela guerra e a produção de trigo em Portugal, durante esse período, em vez de aumentar, diminuiu sensivelmente, atingindo as importações nos três últimos anos um valor de muitos milhares de contos.

As medidas de circunstância decretadas durante o período da guerra não solucionaram satisfatoriamente o problema, porque se limitaram quasi sempre à fixação dos preços em tabelas oficiais, e em condições que não podiam oferecer estabilidade, pelas constantes flutuações das cotações dos trigos exóticos e pelo extraordinário agravamento do custo do produção, como consequência da exagerada carostia dos adubos químicos, da elevação dos salários e das seducções do lucro. A agravar, ainda

mais, a já difícil situação do abastecimento, veio a terrível crise cambial complicar enormemente o problema cerealífero na parte que diz respeito à importação dos trigos exóticos.

Tem-se, pois, vivido sempre no regime do artifício cerealífero, recorrendo-se anualmente à importação de trigo para fazer face aos *deficits* da produção nacional.

O presente decreto não pode dar solução ao problema, pois que, dependendo essa solução doutras que estão directamente ligadas à produção cerealífera do país e às indústrias de moagem e panificação, só pode esse problema ser encarado de frente por meio do estudo aturado de todos os factores de natureza económica, e conjugando-se esse estudo com o objectivo de dar ao consumidor o pão mais barato, sem fraudes de fabrico e sem fraudes de peso, e o de libertar o Estado de todos os encargos que tem suportado desde 1914 para o país ser abastecido com trigo exótico, encargos que, subsistindo, representam para o Tesouro uma ruína constante.

A solução que se apresenta agora tem um carácter provisório, criando um regime que torne impossível, se tal se pode atingir, a continuação da fraude da indústria de moagem na parte que diz respeito aos diagramas de extracção de farinha e seu fornecimento à indústria panificadora.

O tipo único de pão, no momento actual, não resolve a situação nem pela parte que interessa ao Estado, nem quanto aos consumidores, especialmente os das classes menos abastadas. Se tal se fizesse desde já, o tipo único de pão seria fornecido ao público com um aumento de preço, a não ser que se agravasse ainda mais a situação do Estado como importador de trigo exótico.

O único recurso que, praticamente, se pode desde já estabelecer é melhorar a qualidade do pão de 2.^a qualidade, aumentando a produção de farinha destinada ao seu fabrico, dando assim mais importantes vantagens ao consumidor sem lhe agravar o actual preço do pão. É este alto benefício só pode ser conseguido com a garantia de um tipo de pão de luxo para as pessoas abastadas, de modo que fique margem para a indústria panificadora fazer face às exigências do aumento de salários do seu pessoal, que está dependente das condições a fixar no regime transitório que se decreta para o actual momento.

Desde 1914 que se tem suscitado o fabrico de um tipo único de pão, especialmente para a cidade de Lisboa, mas a prática demonstrou que não traduzia os resultados económicos que se esperavam. Em 1917, pela portaria de 23 de Fevereiro do mesmo ano, criou-se para Lisboa um tipo único de pão com farinha de trigo e milho e várias misturas, que aumentaram a fraude, e nesse mesmo ano se reconheceu que tal solução era impraticável, sendo pela portaria n.º 906 restabelecido novamente o fabrico de dois tipos de pão. Ainda em 1917, pela portaria n.º 987, novas tentativas se fizeram para se criar em Lisboa um tipo único de pão, mas reconheceu-se também que não dava os resultados que se esperavam e assim pelo decreto n.º 3.288 foram adoptados novamente dois tipos de pão.

Com o novo decreto teve-se principalmente em vista dar ao consumidor menos abastado, por uma forma iniludível, um melhor tipo de pão, com o seu fabrico consideravelmente melhorado, e estabelecendo a forma de aumentar a sua produção industrial, com diminuição de preço e com todas as garantias possíveis de peso, de modo a evitar a exploração do consumidor. A melhoria das qualidades alimentares e do fabrico do pão, com a garantia de um diagrama que permita um aumento importante na produção do tipo de 2.^a qualidade, representa na prática, sem dúvida, um benefício de primeira ordem para o consumidor, correspondendo também praticamente a uma apreciada redução do seu custo.

Mantêm-se o pão de luxo e dá-se à indústria panificadora a faculdade de elevar o seu preço com a obrigação legal de melhorar e aperfeiçoar o seu fabrico, a sua qualidade e garantia do peso nos dois únicos tipos de pão estabelecidos por este decreto, garantia que, pela primeira vez, se estabelece no regime do pão de luxo.

É no fabrico de pão de luxo que está a garantia principal do barateamento do pão de segunda categoria, compensando-se o importantíssimo encargo que o Estado tem com a importação dos trigos exóticos.

Portanto, fica claramente demonstrado que no momento actual não há vantagem alguma para o Estado nem para o consumidor em estabelecer um tipo único de pão.

Para reprimir as fraudes e ganâncias das indústrias de moagem e panificação, não é preciso, como fundamental ponto de partida, a existência de um tipo único de pão. Sendo variados os tipos de pão regional nas diferentes províncias do país, a vigência de um único tipo de farinha de trigo não vinha satisfazer aos hábitos inveterados pelo consumidor nem facilitar a indústria do fabrico de pão em todo o país, podendo até complicar, em face da panificação com farinhas de milho e centeio à mistura com farinha de trigo, os tipos de pão regional que formam a base do consumo alimentar da maior parte da população das províncias do norte, centro e sul do país. Evita-se ainda a fraude provocada pela influência do intermediário na venda das farinhas à panificação.

Concluindo, julga o Governo que o problema cerealífero carece cada vez mais do exame e estudo de todos aqueles que se interessam pela economia nacional, de modo a encontrar-se uma resultante que se traduza na intensificação da produção do país, a par do desenvolvimento da cultura do trigo nas colónias, de modo a evitar-se a importação dos mercados estrangeiros e a saída anual de milhares de contos em ouro, que agrava consideravelmente, não só as condições da economia geral interna, mas principalmente as circunstâncias difíceis da Fazenda Pública.

O barateamento do pão em Portugal é uma questão inteiramente ligada à produtividade de cereais no país e nas colónias, de modo a dispensar a importação de 200.000:000 de quilogramas de trigo que, em média, vamos buscar anualmente aos mercados da América. Quando tal objectivo se realizar poderá dizer-se então que Portugal resolveu o problema cerealífero, acabando-se assim com o regime de artifício, que é, na prática, uma garantia de privilégios de toda a ordem, invocada uma vez em nome da agricultura e outras vezes em nome da indústria de moagem e da panificação, sómente com sacrificio real e positivo para o consumidor e para o Estado!

Produzir muito trigo e mais barato, para ter pão bom e por preço económico, eis o *desideratum*, que só pode conseguir-se com a imediata intensificação da cultura na metrópole e utilização dos recursos da nossa terra colonial.

Pelos fundamentos alegados e usando da autorização concedida pela lei n.º 933, de 9 de Fevereiro de 1920, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, o seguinte:

Artigo 1.º O trigo exótico importado pelo Estado será rateado pelas fábricas de moagem matriculadas, que o pagarão adiantadamente ao preço de \$21(15) cif-Tejo e cif-Leixões.

Art. 2.º Enquanto vigorar o preço do trigo estabelecido no artigo 2.º da lei n.º 960, de 23 de Março de 1920, publicada no *Diário do Governo* desta data, e no artigo 1.º d'este decreto, todas as fábricas de moagem matriculadas deverão subordinar-se ao seguinte diagrama de extracção:

15 por cento de farinha de primeira qualidade;
60 por cento de farinha de segunda qualidade;
25 por cento de sêneas.

§ único. Os preços máximos da venda serão, respectivamente, de \$48, \$21(75), \$12 cada quilograma, sendo as farinhas fornecidas às padarias na proporção de 1 de farinha de primeira qualidade para 4 de farinha de segunda qualidade.

Art. 3.º A indústria de padaria em Lisboa e no Pôrto e nos concelhos limítrofes destas duas cidades subordinar-se há aos seguintes preços e tipos de pão:

1.º Pão fabricado exclusivamente com farinhas de trigo de primeira qualidade, com o peso de 500 e 250 gramas, que será vendido aos preços, respectivamente, de \$29 e \$14(5);

2.º Pão fabricado exclusivamente com farinha de trigo de segunda qualidade, com o peso de 500 e 1:000 gramas, que será vendido, respectivamente, ao preço de \$09 e \$18.

Art. 4.º É permitido à indústria de panificação dar qualquer formato ao pão fabricado com farinha de primeira qualidade, contanto que seja bem cozido e tenha o peso exigido pela lei.

Art. 5.º Todo o trigo nacional que exceder as necessidades de consumo da província ficará à disposição do Governo e será destinado ao abastecimento de Lisboa, sendo pago ao preço da tabela oficial.

Art. 6.º As comissões de subsistências criadas pelo decreto n.º 6:456, de 20 de Março de 1920, e as câmaras municipais dos concelhos onde não haja fábricas matriculadas, poderão requisitar a farinha que lhes faltar para abastecimento e consumo locais, devendo as respectivas requisições ser enviadas à Direcção Geral do Comércio Agrícola, para serem satisfeitas, a pronto pagamento, pelas fábricas matriculadas, nos prazos e pela forma que o Governo fixar.

Art. 7.º As fábricas de moagem são obrigadas a entregar ao Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, e pela forma determinada pelo respectivo Ministro ou seus agentes, os derivados da farinação do trigo, na quantidade de 25 por cento, em conformidade com o diagrama fixado por este decreto.

Art. 8.º É obrigatório para a moagem e para todos os indivíduos ou entidades que vendam farinha o fornecimento deste produto às padarias, e na proporção estabelecida pelo § único do artigo 2.º deste decreto.

Art. 9.º O Governo deverá fornecer para fabrico de massas, bolachas e pasteleria, além de farinha de trigo nacional, trigo ou farinha exóticos ao preço da aquisição, acrescido nos dois últimos casos de \$02 em quilograma, não podendo ser nunca inferior para o trigo a \$21(15) e para a farinha a \$48.

Art. 10.º Entre o Ministério da Agricultura, a sua delegação no norte e as fábricas de moagem de Lisboa e Pôrto será estabelecida, pela forma determinada pelo Ministro da Agricultura, uma conta corrente, na qual essas fábricas serão debitadas pela quantidade de trigo recebido e creditadas pela quantidade de farinhas produzidas dos dois tipos criados por este decreto e ainda pelos 25 por cento de sêneas na extracção.

Art. 11.º Igualmente será estabelecida, pela forma determinada pelo Ministro da Agricultura, entre este Ministério, a sua delegação do norte e as padarias de Lisboa e Pôrto uma conta corrente, na qual esses estabelecimentos serão debitados pela quantidade total de farinhas de trigo recebidas ou compradas, e creditadas pela quantidade de pão produzida dos dois tipos e com o peso estabelecido neste decreto.

§ único. A partir da publicação deste decreto serão selados todos os peneiros existentes nas padarias de Lisboa e Pôrto.

Art. 12.º Para execução dos artigos 9.º e 10.º deste

decreto, as fábricas de moagem de Lisboa e Pôrto ficam obrigadas a enviar, semanalmente, notas discriminativas da quantidade de trigo que lhes fôr distribuído e das quantidades de sêneas e farinhas dos dois tipos estabelecidos por este decreto que produzirem e venderem com indicação do comprador.

§ 1.º São também obrigadas a enviar, no prazo de três dias, a partir da publicação deste decreto, ao Ministério da Agricultura, em Lisboa, e à sua delegação do norte, no Pôrto, uma nota exacta das quantidades de trigo e farinhas de primeira e segunda qualidade e sêneas que na referida data possuam em depósito.

§ 2.º Serão creditadas e debitadas pelas diferenças de preços de trigos e farinhas, estabelecidos por este decreto e os fixados pela lei n.º 960, desta data, conforme a nota a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º As sêneas existentes nas fábricas mencionadas neste artigo serão entregues ao Ministério da Agricultura, sendo as respectivas fábricas creditadas pela importância de \$08 em cada quilograma.

Art. 13.º Para execução dos artigos 9.º e 10.º deste decreto, todas as padarias de Lisboa e Pôrto ficam obrigadas a enviar semanalmente ao Ministério da Agricultura, em Lisboa, e à sua delegação do norte, no Pôrto, notas discriminativas das quantidades de farinha que receberem ou comprarem e do peso total e número de pães fabricados, respectivamente, de cada um dos dois tipos estabelecidos por este decreto.

§ único. As padarias a que este artigo se refere são obrigadas a enviar, no prazo de três dias, ao Ministério da Agricultura, em Lisboa, e à sua delegação do norte, no Pôrto, uma nota exacta das quantidades de farinhas de primeira e segunda qualidade existentes, à data da publicação deste decreto, nos seus estabelecimentos.

Art. 14.º É reduzido a dois terços o fabrico actual de bolachas, sendo obrigadas as fábricas a enviar, no prazo de oito dias, a partir da publicação deste decreto, ao Ministério da Agricultura, nota discriminada, por meses, da sua produção e qualidade.

Art. 15.º O preço do pão fixado no artigo 3.º deste decreto entende-se para a venda nas padarias, sendo acrescido de \$02 no pão de quilograma do tipo de 2.ª qualidade, e de \$01 em cada uma das outras espécies dos dois tipos na distribuição ao domicílio.

Art. 16.º Tanto nas padarias como na venda no domicílio é obrigatória a pesagem do pão dos dois tipos quando seja exigida pelo consumidor.

Art. 17.º As infracções ao disposto neste decreto, que não sejam abrangidas pelas disposições consignadas no artigo 22.º da lei n.º 960, desta data, serão punidas pelas disposições aplicáveis da lei n.º 922, sendo os respectivos processos instaurados e julgados de harmonia com o determinado na mesma lei n.º 922.

Art. 18.º Por este decreto ficam alterados os artigos 8.º, 12.º e § único, n.ºs 1.º e 2.º dos artigos 13.º, 14.º, 15.º e 17.º da lei n.º 960, desta data, e revoga-se a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros da Justiça, das Finanças, Comércio e Comunicações e Agricultura, bem como os Ministros das demais Repartições, assim o tenha entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 24 de Março de 1920.—
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Maria Baptista* — *José Ramos Preto* — *Francisco Pina Esteves Lopes* — *João Estêvão Aguas* — *Joaquim Pedro Vieira Júdeice Bicker* — *Xavier da Silva* — *Antibal Lúcio de Azevedo* — *Fernando Pais Teles de Utra Machado* — *Vasco Borges* — *Bartolomeu de Sousa Severino* — *João Luís Ricardo*.